

ESTACIONAMENTO ROTATIVO COMEÇA A FUNCIONAR NO PRÓXIMO DIA 20

Da Redação

A partir do dia 20 de fevereiro, passará a valer o novo sistema de estacionamento, o Cidade Verde Estacionamento Rotativo Digital, operado pela CS Mobi Cuiabá, na área central da capital. Após 120 dias de orientação e adequações, os cuiabanos terão à disposição 2.300 vagas, com valor médio de R\$ 3,40 por hora para carros e R\$ 2,00 por hora para motos.

No total, 30 postos irão vender os tickets do estacionamento e eles estarão distribuídos pela cidade. Além disso, outros 60 orientadores estarão espalhados afim de orientar os usuários dos parquímetros e do Aplicativo Digipare, disponível para as Plataformas iOS e Android e que podem ser baixados através do www.digipare.com.br.

Serão 100 parquímetros que serão operados nas etapas 1 e 2 do estacionamento rotativo nos seguintes locais:

- Praça Rachid Judy;
- Rua Barão de Melgaço;
- Rua Comandante Costa;



Gilberto Leite

Rua Des. Ferreira Mendes;
- Rua Joaquim Murtinho;
- Rua Nossa Sra. de Santana;
- Travessa da Justiça;
- Travessa Dona Elvira;
- Travessa João Dias;
- Rua Barão de Melgaço;
- Avenida Isaac Póvoas;
- Avenida Presidente Getúlio Vargas;
- Avenida São Sebastião;
- Avenida Senador Filinto Muller;
- Praça 8 de Abril;
- Praça Pres. Eurico Gaspar Dutra;
- Praça Santos Dummont;
- Rua 24 de Outubro;
- Rua Batista das Neves;
- Rua Briga-

deiro Eduardo Gomes;
- Rua Cândido Mariano;
- Avenida São Sebastião;
- Rua Estevão de Mendonça;
- Rua Presidente Castelo Branco;
- Rua Senador Vilas Boas.

Do total de vagas, 339 são destinadas a carros e camionetas; 649 para motos, 99 para idosos, 60 para carga e descarga, 48 para táxi, 40 para curta duração, 34 para Pessoas com Deficiência (PCD), 31 para moto táxi e uma para ambulância.

Guilherme de Figueiredo Dias, diretor executivo da CS Infra, uma das empresas responsáveis pela CS Mobi Cuiabá, destaca que o serviço garante uma operação mais moderna e eficaz, que visa aprimorar a mobilidade urbana do município, além de atender uma demanda antiga da comunidade e de lojistas da Capital.

"O Cidade Verde Estacionamento Rotativo Digital visa impulsionar o comércio local, ao mesmo

tempo, em que emprega tecnologia avançada, com a utilização de parquímetros e o aplicativo Digipare", comenta.

COMO IRÁ FUNCIONAR? - O horário de funcionamento será de segunda a sexta-feira, das 07h às 19h, e aos sábados, das 07h às 13h. O estacionamento tem tolerância para os primeiros 10 minutos, para que o usuário possa fazer a ativação do pagamento por meio do Aplicativo Digipare.

re. O tempo máximo para permanência nas vagas é de 4 horas, depois disso, o usuário terá que deixar a vaga livre, dentro do compromisso de rotatividade de vagas.

Os usuários com Deficiência (PCD) não pagam. No entanto, devem realizar o cadastro de isenção na Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (Semob), como determinam a Lei 504/2021 e o Decreto nº 9.868, de 30/10/23, da Prefeitura de Cuiabá, que normativa as atividades do estacionamento.

Os mototaxistas e entregadores, dentro dos 10 minutos de tolerância, não pagam. Para obter a isenção, também devem se dirigir à Semob para preencher formulário e estar identificados (motos plotadas em verde) para utilização das vagas exclusivas. Cada caso deverá apresentar os documentos necessários para regularização.

Para mais informações sobre o 'Cidade Verde Estacionamento Rotativo Digital' acesse o site: www.csmobicuiaba.com.br/ e Instagram: @csmobicuiaba.



Gilberto Leite

Autor da chacina de Sinop já tem data para ir a julgamento

Bruna Cardoso

A juíza Rosângela Zarkim dos Santos, da 1ª Vara Criminal de Sinop, marcou para o próximo dia 18 de julho o julgamento popular de Edgar Ricardo de Oliveira, autor da chacina que tirou a vida de sete pessoas, incluindo uma criança de 12 anos, após um desentendimento durante um jogo de sinuca em fevereiro de 2023. Edgar contou com a ajuda de um comparsa, Ezequias Souza Ribeiro, que morreu em confronto com a polícia durante a fuga. A decisão é de quarta-feira, 14.

"Designo sessão para julgamento do acusado pelo Tribunal Popular do Júri, a realizar-se no dia 18/06/2024, com início às 08h30min", decidiu a magistrada.

Além de marcar a data do julgamento, Santos manteve a prisão preventiva do réu.

Na mesma decisão, a juíza também permitiu que o jornalista Francisco Roberto Cabrini realizasse a entrevista com o réu, desde que seja respeitada as determinações do sistema prisional.

A magistrada decidiu pelo julgamento popular no último dia 25 de agosto e sustentou com sete testemunhas, sendo duas de defesa, o qual apontam que Edgar estava no local e participou do crime.

"Destá feita, da análise das provas contidas nos autos, conclui-se que os indícios de autoria necessários para submissão do acusado ao julgamento pelo Tribunal do Júri se encontram suficientemente demonstrados", afirmou a magistrada.

RELEMBRE O CASO - Edgar Ricardo de Oliveira e Ezequias Souza Ribeiro foram responsáveis por atirar em sete pessoas após perder uma partida de sinuca em um bar de Sinop (480 km de Cuiabá). Entre as vítimas, há uma menina de 12 anos, que foi morta com um tiro nas costas enquanto tentava fugir. O crime ocorreu no dia 21 de fevereiro de 2023.

Após o crime, Ezequiel fugiu do local e tentou se esconder em meio à mata até ser encontrado pela polícia e morrer em um confronto. Já Edgar, após dois dias em fuga, resolveu se entregar à polícia.

CESTA BÁSICA ATINGE NOVA ALTA

Da redação

Na segunda semana de fevereiro, um aumento de 0,40% no preço da cesta básica em Cuiabá foi registrado, elevando o custo médio para R\$ 779,57. Esse aumento representa um acréscimo de 1,57% em comparação com o mesmo período do ano anterior, marcando o fim de 11 semanas de estabilidade nos preços.

De acordo com o Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio Mato Grosso (IPF-MT), seis dos 13 itens da cesta básica apresentaram queda de preço. No entanto, o destaque ficou por conta do tomate,

que teve uma variação significativa de 12,92%, atingindo o valor de R\$ 9,17 por quilo. Esse aumento representa uma elevação de 32,77% em relação ao mesmo período do ano passado, possivelmente devido à baixa produção e colheita influenciada pelo clima, afetando a qualidade do fruto.

Por outro lado, a batata registrou sua segunda queda consecutiva, com uma redução de 9,09% no preço médio, chegando a R\$ 9,66 por quilo. Esse cenário pode estar relacionado a uma oferta um pouco maior e uma demanda mais baixa, especialmente durante o período de carnaval.

José Wenceslau de Souza Júnior, presidente da Fecomércio-MT, observa que essa queda pode contribuir para uma diminuição nos preços, revertendo a tendência de alta que quase dobrou o preço da batata em comparação anual.

Além disso, o pão francês apresentou sua primeira queda em sete semanas, com uma diminuição de 2,97%, atingindo o preço médio de R\$ 17,68 por quilo. Segundo o IPF-MT, essa redução é influenciada pela dinâmica local de preço e pelo cenário favorável para as perspectivas do mercado do trigo globalmente.

Apesar da variação nos preços dos alimentos,

Wenceslau Júnior destaca que nove dos 13 alimentos da cesta básica estão em queda na comparação anual. No entanto, ele ressalta que o retorno do preço da cesta básica a níveis superiores aos do ano passado pode ser um alerta para o aumento dos preços dos alimentos e seu impacto no consumo das famílias cuiabanas.

Em meio a essas oscilações, a população se vê atenta às mudanças nos preços dos itens essenciais e às projeções para o futuro próximo, enquanto os especialistas continuam monitorando de perto os padrões de oferta e demanda que moldam o mercado local.



Leia a versão digital do Estadão Mato Grosso no seu celular pelo QR Code ao lado!



EDITORIAL

A necessidade faz a hora

O número de empresas criadas em 2021 bateu recorde absoluto, atingindo a marca de 4,026 milhões de novos empreendimentos em apenas um ano - crescimento de 19,7% na comparação com o ano anterior. A análise fria dos números faz parecer que a economia brasileira está 'voando', como propala nosso ministro da Economia, Paulo Guedes. No entanto, basta uma análise mais detida à realidade por trás dos números que fica perceptível que a situação não é bem assim.

Conforme dados do próprio Ministério da Economia, o ano de 2021 se encerrou com um total de 12 milhões de desempregados, o equivalente a 11,1% da força de trabalho nacional. Quem não quis se tornar estatística, precisou usar de todas as forças para garantir a renda suficiente para pagar as contas e cuidar de suas famílias. Eis, então, a razão principal para o enorme salto no número de em-

presas criadas em 2021: a necessidade.

Isso fica perceptível em cada conversa com os atores do mercado, e especial no setor de alimentação. Hoje, restaurantes, hotéis e lanchonetes enfrentam dificuldade para encontrar trabalhadores qualificados porque precisaram demiti-los no auge da pandemia. Sem emprego, esses trabalhadores migraram para outros setores ou... criaram suas próprias empresas. Eles são impulsionados por uma economia cada vez mais dinâmica, visto que hoje não é necessária uma grande estrutura para atendimento ao público. Um espaço na cozinha de casa basta para elaborar quitutes e despachá-los via aplicativos de delivery. Basta ver que de cada 10 empresas abertas, 8 são de microempreendedores individuais - os MEIs.

Essa tendência já havia sido observada em 2020, primeiro ano da pandemia de covid-19, quando o contingente

de desempregados aumentou de forma assustadora. A pesquisa GEM (Monitor de Empreendedorismo Global, na sigla em inglês) identificou que o número de empreendedores nascentes (com menos de 3 meses de negócio) motivados pela necessidade saltou de 20,3% em 2019 para 53,4% em 2020.

É normal que as crises impulsionem o surgimento de novos negócios e certamente há um efeito favorável à economia, com mais pessoas conseguindo meios para garantir o sustento de suas famílias, o que faz toda a engrenagem girar. Porém, ainda é preciso ver até onde esses empreendedores conseguirão chegar, já que abrir uma empresa - principalmente como MEI - é uma tarefa muito mais fácil do que mantê-la em funcionamento. Eles precisarão de uma forte rede de apoio para guiá-los e ajudá-los a encontrar o tão almejado sucesso. Pode ser mais difícil, mas certamente será recompensador.

Da Intenção ao Impacto

Cristiano Oliveira (*)



Em 1º de fevereiro de 2024, a Resolução 5.118 do Conselho Monetário Nacional trouxe mudanças substanciais nas regulamentações que regem o mercado de crédito rural privado do Brasil, pegando muitos participantes do mercado desprevenidos. A medida que as partes interessadas no setor do crédito rural enfrentam a incerteza em torno destas alterações, torna-se imperativo aprofundar as potenciais consequências destas medidas. Assim, em vez de focar apenas nas intenções articuladas pelos reguladores, é essencial uma análise abrangente dos seus impactos, ou seja, uma Análise do Impacto Regulatório (AIR), ainda que seja sucinta.

A AIR poderia ter sido realizada pela equipe econômica o Ministério da Fazenda (MF), todavia, o voto apresentado pelo órgão afirma que a AIR nesse caso seria desnecessária, entre outras razões, porque "aprimora a política pública para o desenvolvimento do mercado privado de crédito rural e imobiliário". O voto ainda argumenta que não haverá custos para os participantes do mercado e não constitui uma mudança substancial da política econômica. Entretanto, estes argumentos merecem um exame mais aprofundado, uma vez que as medidas afetam instrumentos do mercado de crédito que representam 60% do estoque total de crédito rural brasileiro, que atualmente é algo em torno de R\$ 1 trilhão.

Antes de realizar este exame, cabe uma breve descrição das medidas e de suas intenções. Entre as medidas que merecem destaque estão: (i) a proibição das emissões de CRAs com lastro em títulos de dívida de emissão de companhias abertas não relacionadas aos setores do agronegócio; (ii) a vedação da emissão de CRAs com lastro em direitos creditórios originados de operações entre partes relacionadas ou de operações financeiras cujos recursos sejam utilizados para reembolso de despesas e; (iii) a vedação da emissão de LCAs com lastro em adiantamentos sobre operação de câmbio, créditos à exportação, inclusive certificados, cédulas ou notas deles representativos, certificados de recebíveis, inclusive CRA, e debêntures.

No que tange as suas intenções, o comunicado feito em conjunto pelo Ministério da Fazenda e o Banco Central afirma que o intuito das alterações era "aumentar a eficiência da política pública no suporte aos setores do agronegócio e imobiliário, assegurando que os referidos instrumentos sejam lastreados em operações compatíveis com as finalidades que justificaram a sua criação e contribuindo para um mercado de crédito mais robusto". Afirma ainda que: "Os aprimoramentos introduzidos pela nova regulamentação têm por objetivo aumentar a efetividade dessa política, de modo que os recursos captados por meio desses instrumentos financeiros sejam direcionados de forma mais eficiente para o financiamento dos setores do agronegócio e imobiliário".

De certa forma todas estas medidas e suas intenções apontam em um sentido único que é a restrição ao acesso e a um volume maior de crédito através destes instrumentos. Em outras palavras, criam restrições severas na demanda por crédito. A intenção de ir nessa direção é clara quando se observa que segundo a medida (i) a partir de agora somente empresas que comprovarem possuir 2/3 de sua receita consolidada no agronegócio poderão emitir CRAs. Se por um lado essa medida busca corrigir o que muitos classificam como uma distorção o fato de empresas que tenham uma relação tênue com o agronegócio acessem a este instrumento de crédito (algo que surgiu a partir da decisão do colegiado da CVM em 2016 referendando a emissão de CRAs pelo Burger King), por outro lado, a resolução cria um critério mais complexo de qualificação, que certamente possui custos maiores de aferição e que possui o potencial de gerar disputas judiciais.

Ademais, as medidas (ii) e (iii) restringem de forma significativa o volume de crédito que poderá ser demandado mesmo por aqueles que, em teoria, estarão qualificados a acessá-los. Um levantamento realizado pelo Clube FII mostra que se as medidas tivessem entrado em vigor no início de 2023, 60,2% das captações de R\$ 37 bilhões em CRAs ao longo do ano não se enquadrariam nas novas normas, sendo que cerca de 70% dessas captações que não ocorreriam seriam de empresas que cumpririam a regra de 2/3 para ser considerada do setor, ou seja, o setor deixaria de ter acesso a cerca de R\$ 16 bilhões de crédito. O que permite

inferir que as medidas implicam em uma redução no volume de crédito privado demandado pelo agronegócio no Brasil.

Conforme a nota, as medidas têm a intenção de direcionar o uso desses instrumentos para quem "eles foram destinados originalmente". O que em uma primeira análise poderia ser algo bom para os empresários do agronegócio, uma vez que com uma menor demanda e uma oferta de crédito constante seria criada um excesso de oferta capaz de reduzir o custo para se tomar crédito, ou seja, seria possível obter um volume de crédito maior e mais barato do que é atualmente através desses instrumentos. No entanto, não existem garantias de que o volume ofertado de crédito permaneça o mesmo que existe hoje. Aliás, existem algumas razões para acreditar que a oferta seguirá a mesma direção da demanda.

Uma delas é que a perda de diversificação que terá impacto na oferta de recursos. A exclusão de empresas que ostentam fontes de receitas sólidas e que cumprem as suas obrigações não deverá agradar aos investidores, podendo afastar muitos deles devido a estas saídas. A confiança dos investidores também poderá diminuir, enfrentando desafios tanto de curto como de médio prazo. A curto prazo, estas medidas poderão prejudicar a capacidade de muitas empresas refinanciarem as suas dívidas, conduzindo potencialmente a inadimplências com grande visibilidade que poderão dissuadir ainda mais os investidores. A médio prazo, os investimentos antes considerados seguros e lucrativos poderão a partir de agora ser vistos como mais arriscados, dissuadindo os investidores conservadores e necessitando de prêmios mais elevados para compensar os aumentos de risco percebidos. Ambas as questões apontam para um custo mais elevado do crédito para o agronegócio. Assim, com base nesses argumentos, ao contrário do argumento do MF para a isenção do AIR, é implausível garantir que as medidas terão um custo nulo aos participantes. Além disso, outra consequência destas medidas é um retrocesso na democratização do acesso a tais investimentos. É previsível que muitos investidores sejam excluídos do mercado devido à oferta reduzida destes títulos, que atualmente oferecem bons retornos com baixo risco, limitando efetivamente o acesso a grandes investidores.

O fato é que estas medidas em conjunto, apesar de sinalizarem ter boas intenções, trazem muitas consequências não antecipadas pelos reguladores, muitas delas não intencionais e ainda imprevisíveis considerando que se trata de uma mudança abrupta em um mercado que ganhava dinâmica e apresentava ampla expansão. Estas alterações constantes e significativas nas regras do jogo, sempre geram um sério problema de insegurança jurídica, que invariavelmente afasta participantes do mercado. Afinal, o que garante a eles que novas mudanças relevantes não virão? Incerteza agora é a palavra que está na mente dos atores do mercado de crédito rural privado do Brasil. Incertezas, por exemplo, a respeito das isenções tributárias, dado que hoje essas operações de crédito são isentas de IOF e que há isenção de IR para investidores que são pessoas físicas. Ninguém sabe o que irá acontecer. O que se sabe é que o atual governo busca desesperadamente por novas receitas.

Nesse sentido, essas medidas mostram uma clara intenção do governo em forçar a migração para operações de crédito que são tributadas. Ou seja, pode ser que todas estas mudanças tenham sido motivadas somente pela busca de se arrecadar mais tributos. Talvez, uma intenção menos evidente seja a de direcionar essas demandas para os instrumentos de crédito direcionados pelo Estado. O que seria uma mudança de política econômica relevante e um retrocesso considerando que: (i) os últimos anos mostraram que é possível haver uma perfeita integração do agronegócio brasileiro com o mercado de capitais; (ii) que não existem recursos suficientes nessas fontes para financiar e expandir o setor e; (iii) que a alocação estatal gera privilégios e não costuma primar pela busca da eficiência. Tomara que essas medidas não levem o agronegócio nesta nova (velha) direção, pois se trata do setor mais dinâmico e bem sucedido da economia e que hoje impulsiona não somente as exportações, mas a economia brasileira.

*CRISTIANO OLIVEIRA é professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande e Head of Research da Rivoof Finance

Mercado de CRM em 2024

Matheus Pagani (*)



No atual cenário empresarial, marcado por intensa competitividade e digitalização, os softwares de Customer Relationship Management (CRM) emergem não somente como ferramentas, mas como um farol guiando as empresas rumo à prosperidade. Essas soluções, essenciais para o sucesso em qualquer setor ou porte de negócio, hoje transcendem a simples gestão de contatos, posicionando-se como um pilar estratégico para moldar interações com os consumidores.

Até por conta desse potencial, o mercado de CRM tem apresentado um crescimento constante e significativo ao longo dos últimos anos. Em 2023, essa lógica não foi diferente. Em um contexto econômico desafiador, a ênfase na conquista e retenção de clientes impulsionou a relevância da ferramenta nos orçamentos das empresas, principalmente por conta do objetivo de aprimorar interações e relacionamentos com os consumidores.

Contudo, 2023 não foi um ano sem desafios. Dadas as circunstâncias econômicas, investimentos em tecnologia ocorreram de maneira mais cautelosa. Muitas companhias enfrentaram a necessidade de reduzir custos, incluindo cortes de pessoal e aquisições. Esse cenário reflete em uma mudança no mercado, onde o crescimento a qualquer custo cedeu lugar à prudência nos investimentos.

E nesse ano?
Olhando para 2024, a adoção dos softwares de CRM se apresenta como um desafio contínuo, principalmente no que tange ao treinamento e aceitação dos usuários. A expectativa se concentra na evolução constante dessas ferramentas, com a emergência de novas tecnologias e tendências. Manter-se os sistemas atualizados a necessidade dos clientes é, portanto, imprescindível.

A integração da inteligência artificial (IA) nas soluções de CRM também passa a ser um foco central. Embora a IA esteja ganhando terreno no mercado corporativo, ainda há um grande descompasso entre as necessidades reais das empresas e as oportunidades oferecidas pela inovação. Reduzir essa lacuna é um dos principais dilemas para 2024.

Por mais que a tecnologia seja atraente, ainda faltam resultados concretos no setor

comercial. Para que isso aconteça será preciso entender como todo o volume de dados produzidos pelas soluções pode interagir com os bancos de dados de IAs generativas para agilizar e otimizar processos. Além disso, as corporações precisarão também ser educadas em termos de CRM para conseguir implementar a cultura de gestão do relacionamento com os clientes na rotina das equipes de vendas.

Se isso, não há dados para tornar a IA verdadeiramente relevante.

Outra preocupação crescente é a segurança dos dados. Com o aumento dos ataques cibernéticos, assegurar a proteção das informações dos clientes é um desafio significativo para os fornecedores de CRM.

Desafios por melhores resultados
A partir deste contexto, se torna perceptível que ambas as tendências compartilham um ponto em comum: a necessidade de lidar e manejar um alto volume de dados. Mais do que isso, tais desafios levam as companhias a terem que se adaptar rapidamente às mudanças, mantendo a confiança e a satisfação do consumidor. Sendo assim, tornar a tecnologia cada vez mais rápida e responsiva, sem que isso signifique abrir mão de um ambiente seguro, deve liderar os caminhos do setor em 2024.

Além disso, conquistar a adesão dos usuários é um desafio fundamental. Afinal, são eles os responsáveis pela construção das informações que mostrarão os caminhos às lideranças da empresa. Dessa forma, a escolha pelos melhores recursos passa pelas opções que possam ser integradas às operações diárias, automatizando rotinas e facilitando a inserção de dados.

É importante destacar ainda que soluções dependentes exclusivamente da iniciativa da equipe tendem a ser menos eficazes nesse universo, uma vez que elas tendem a cair em desuso e não serem efetivas. Uma abordagem consultiva na implementação de CRMs, com serviços adaptáveis à realidade específica de cada organização e suporte adequado, pode ser a chave para um uso mais eficiente e assertivo do sistema.

*MATHEUS PAGANI é CEO e cofundador da Ploomes, a maior empresa com foco em CRM da América Latina.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 03/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Senhor JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO, Prefeito de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX, do art. 75 da Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021. RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03/2024, com fulcro na decisão administrativa proferida pelo prefeito José Carlos Junqueira de Araújo que autoriza a modalidade de Dispensa de Licitação, diante da situação fática, de acordo com a Lei de Licitações, a contratação a favor da empresa: CODER COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS, situada na Av. Dr. Paulo de Oliveira, n.º 1411, Bairro Cascalhinho, CEP: 78.720-300, Rondonópolis/MT, inscrita no CNPJ: 03.940.848/0001-99. OBJETO: CORRESPONDE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM DIVERSOS LOCAIS, NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS - MT. VALOR TOTAL DISPENSA: R\$ 652.321,00 (Seiscentos e cinquenta e dois mil, trezentos e vinte e um reais). Publique-se no átrio desta Prefeitura, no Diário Oficial do Município - DIORONDON, no jornal de circulação local Jornal Estadão e no Diário Oficial de Contas, para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 15 de fevereiro de 2024
JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL
AVISO DE RETIFICAÇÃO
DE ABERTURA DE EDITAL N.º 002/2024
PREGÃO ELETRÔNICO C/SRP

O Município de Sapezal, por intermédio da Presidente da Comissão de Contratação a Sr. Maraiza Bento da Silva, nomeada através da Portaria 0452024 do dia 10 de janeiro de 2024, no uso das suas atribuições Torna Público que realizará sessão pública para julgamento do procedimento licitatório na Modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO C/SRP N.º 002/2024, tipo MENOR PREÇO POR LOTE para FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES E CESSÃO EM COMODATO DE EQUIPAMENTOS PARA O LABORATÓRIO MUNICIPAL DESTA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SAPEZAL.

Nova Data de Abertura da Sessão de Lances: 04 de março de 2024.
Horário: 09h:00 min, (Horário de Brasília - DF).

Realização: LICITANET (www.licitanet.com.br).

O Edital completo estará disponível no site da Prefeitura de Sapezal www.sapezal.mt.gov.br e na plataforma Licitanet.

Maraiza Bento da Silva
Presidente da Comissão de Contratação

Jornal ESTADÃO
Mato Grosso
FUNDADOR
GEANDRÉ FRANK LATORRACA DORT - 0003325/MT
MICHELLE DRILE
EM 2019

DIRETOR GERAL:
GEANDRÉ F. LATORRACA

DIRETOR COMERCIAL:
TIAGO DORILEO

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITORA ADJUNTA:
CÁTIA ALVES

EDITOR ADJUNTO:
TARLEY CARVALHO

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

EDITORA / SOCIAL MEDIA:
GLÁUCIA M. R. DE ALMEIDA

FOTOGRAFIA:
GILBERTO LEITE

REPORTAGEM:
BRUNA CARDOSO
FERNANDA LEITE
IGOR GUILHERME

ESTAGIÁRIOS:
JOÃO CARLOS

COLUNISTAS SOCIAIS:
HEBERT MATTOS
VALDOMIRO ARRUDA
WARNER WILSON

ASSESSORIA JURÍDICA:
ARIADNE MARTINS FONTES - OAB/MT 12.953

AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS:
AGÊNCIA BRASIL

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:redacao@estadaomatogrosso.com.br

"CORÇÃO MACHUCADO"

Garcia se pronuncia após troca

Em vídeo publicado nas redes sociais, Garcia não esconde sua mágoa, mas reforça que o sonho em ser prefeito da Capital não morreu



Gilberto Leite

Garcia não aponta o dedo, mas a fala pode – ou não – ser interpretada como um desabafo e críticas diretas ao presidente da AL

Tarley Carvalho

Preterido por seu padrinho político – o governador Mauro Mendes (União Brasil) – na escolha da candidatura à Prefeitura de Cuiabá, o secretário-chefe da Casa Civil e deputado federal licenciado Fábio Garcia se pronunciou no final desta tarde de quinta-feira, 15 de fevereiro. Em vídeo publicado nas redes sociais, Garcia não esconde sua mágoa, mas reforça que o sonho em ser prefeito da Capital não morreu.

“Sonhei em construir uma Cuiabá que nos orgulhe. Sonhei em resgatar a nossa querida Cidade Verde. Porém, infelizmente, a escolha do meu partido foi outra. Mas quero dizer: sonho adiado, mas não interrompido. Estou de cabeça erguida, com a alma serena... com o coração machucado, sim, mas com a consciência tranquila de quem fez uma caminhada

leal e honesta. Combati o bom combate e guardei a fé. [...]nunca cogitei desistir, negociar minha posição e nem negociar o futuro de Cuiabá”, disse.

Ainda na mensagem, Fábio destaca os sonhos que nutria em realizar caso fosse eleito prefeito, ressaltando uma postura de legitimidade e coragem em criticar e combater os desmandos que acontecem na cidade.

Garcia não aponta o dedo, mas a fala pode – ou não – ser interpretada como um desabafo e críticas diretas ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho, que foi escolhido nesta manhã pelo governador Mauro Mendes para ser o candidato do União Brasil na disputa pela Prefeitura.

Adversários de Botelho, incluindo o grupo político que apoiava o nome de Fábio Garcia dentro do partido, têm se empenhado em colar no deputado

a imagem de aliado do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB), a quem a gestão estadual faz forte oposição.

Nos últimos meses, Botelho foi criticado pelos “fabinistas” de não fazer oposição ao atual prefeito por, segundo eles, ter relações comerciais com o Município. A família do deputado tem contratos para prestação de serviços no transporte e na infraestrutura.

A novela do União Brasil vem se arrastando há meses na imprensa mato-grossense. O governador Mauro Mendes tinha firmado compromisso em apoiar a candidatura de Fábio Garcia à Prefeitura de Cuiabá nas eleições deste ano. À imprensa, ele sempre reforçou que esse compromisso foi firmado após Eduardo Botelho garantir que não seria candidato.

Porém, o presidente da ALMT mudou de ideia e decidiu se lançar ao cargo,

principalmente após ver seu nome nas primeiras colocações das intenções de voto do eleitorado, isso lá atrás. Hoje, Botelho lidera todas as pesquisas divulgadas.

Com essa mudança de ideia, coube ao governador decidir qual caminho o União Brasil iria trilhar na capital mato-grossense: se continuava com Fábio, com quem já tinha compromisso, ou se mudava para Botelho, que tem chances reais de vitória.

Além dessa possibilidade, ainda pesou que Botelho já havia definido ser candidato, fosse pelo UB ou fosse por outra legenda. E mais: a principal legenda com quem ele negociava sua mudança é o PSD, comandado pelo ministro da Agricultura e Pecuária (Mapa), Carlos Fávaro, que já foi aliado do governador Mauro Mendes, mas cuja aliança foi rompida na eleição de 2022.

ADMINISTRAÇÃO DESASTROSA

Botelho afirma distanciamento de Emanuel

Fernanda Leite

Escolhido como pré-candidato à Prefeitura de Cuiabá pelo União Brasil, o presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (UB), revelou que o governador Mauro Mendes (UB) pediu para que a gestão dele fosse “técnica” para “arrumar Cuiabá”. O deputado criticou a atual gestão ao qual ele acusou de “dever todo mundo”.

“O governador conversou comigo e perguntou se eu faria uma gestão técnica para realmente arrumar Cuiabá. Eu disse para ele: “o senhor conhece o meu perfil, sabe da minha maioria, do meu perfil. O senhor me conheceu na iniciativa privada, sabe da minha determinação, como é que é pra realmente trabalhar pra equilibrar as contas”. E foi esse o de-



Gilberto Leite

Botelho disse que a relação entre eles é de respeito, pois ambos ocupam cargos eletivos e de representatividade

sejo dele. Que disse ‘nós não podemos mais ter uma administração que coloque Cuiabá em uma

administração totalmente desastrosa”, disse ele.

Botelho disse ainda que se quisesse conti-

nuar o modelo da gestão atual, teria o apoio do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB).

“Foi uma das coisas que ele colocou. [...] Se eu quisesse fazer uma administração como está, eu teria procurado o apoio do prefeito. Eu não procurei porque realmente isso tem demonstrado, não só eu, como todos estão vendo, as pesquisas mostram que a cuiabania, o povo de Cuiabá não quer um prosseguimento dessa administração. Então lógico que eu não iria colocar que eu iria dar continuidade de uma administração dessa. Vamos fazer totalmente diferente, sobretudo no controle de gastos. Hoje a prefeitura deve todo mundo. Quem que não tem dinheiro para receber da prefeitura? Vocês aqui da imprensa, todo mundo tem pra receber. Quantos fornecedores não tem para receber? Então nós passamos por fazer uma administração

diferente, é isso que nós vamos trabalhar para construir todos por Cuiabá, para nós fazemos uma Cuiabá do futuro”, alegou.

O presidente da AL disse ainda que é necessário fazer com que os cuiabanos amem Cuiabá. Ele negou que tenha se aproximado ou se distanciado de Emanuel Pinheiro, e que a relação de ambos é de respeito, pois ocupam cargos eletivos e de representatividade.

“Ninguém falou que estou afastado de Emanuel Pinheiro, mesmo porque eu não tenho nenhum motivo para afastar e nem para me aproximar do Emanuel. Eu não sou próximo dele, não participo da administração dele. Agora, tem uma relação com ele como prefeito de Cuiabá e eu como presidente da Assembleia, e essa vai continuar”, garantiu.

CANDIDATO DO UB

Dilmar sobre Botelho: tem chance de ser eleito

Tarley Carvalho e Fernanda Leite

Líder do governo na Assembleia Legislativa, o deputado estadual Dilmar Dal Bosco comemorou a escolha de Eduardo Botelho como nome para disputar a Prefeitura de Cuiabá pelo União Brasil. A definição foi anunciada na manhã desta quinta-feira, 15 de fevereiro, pelo governador Mauro Mendes.

“Muitas vezes eu comentei até que [Botelho] seria o candidato do União Brasil a prefeito da Capital. Não que eu adivinhava, mas eu estava trabalhando para isso, era o meu papel, como filiado do União Brasil[...] Pela primeira vez nós poderíamos ter com a certeza, talvez aí o pré-candidato com uma chance muito grande de ganhar a eleição”, afirmou.

Para Dilmar, a escolha de Mauro era a mais ló-

gica a ser tomada, devido a essa chance de ele ser eleito. Mesmo assim, ele ressaltou entender a dificuldade do governador Mauro Mendes em tomar a decisão. Fábio Garcia, hoje secretário-chefe da Casa Civil, caminha com ele desde os tempos que Mauro foi prefeito de Cuiabá, entre 2013 e 2016.

O deputado também adiantou que já pensa na expansão do partido para as eleições de 2026. “Eu acho que influenciou muito pensar num projeto futuro do nosso partido. Nós estamos hoje no governo do Estado, temos senador, dois deputados federais, quatro estaduais, e a possibilidade de na próxima eleição, talvez de ter uma candidatura ao Governo ou de dois candidatos a senador, tem que pensar no projeto maior que o União Brasil, que é um projeto que

nós temos que avaliar. E eu acho que a avaliação [do governador] foi muito perfeita”, pontuou.

O assunto vinha se arrastando há meses

no União Brasil. Mauro Mendes já tinha um compromisso firmado com Fábio Garcia, que também é deputado federal licenciado, para apoiá-lo

à Prefeitura de Cuiabá nas eleições deste ano. Segundo o governador, a promessa foi feita após Botelho afirmar que não seria candidato.



Gilberto Leite

Para Dilmar, a escolha de Mauro era a mais lógica a ser tomada, devido a essa chance de ele ser eleito